

TARDE

ÁREA CONTÁBIL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **40 (quarenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta. A redação deverá ser redigida entre **40 (quarenta)** e **60 (sessenta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



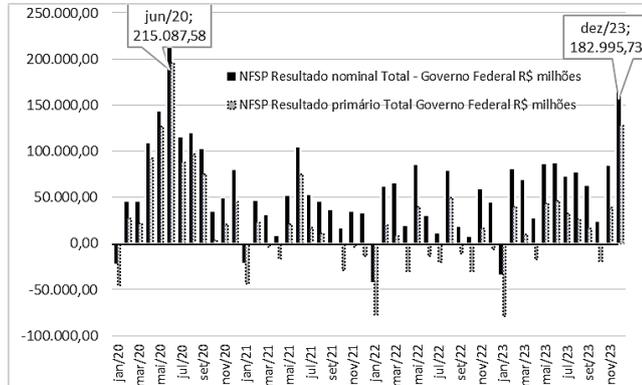
INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Finanças Públicas e Administração Financeira e Orçamentária

1

O gráfico abaixo apresenta a evolução das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) primária e nominal, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023.



Com base no exposto, julgue se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () Os elevados gastos com juros explicam a NFSP em termos nominais aquém da NFSP do resultado primário.
- () A elevada taxa de juros do país no período é a principal causa direta da NFSP nominal acima da NFSP primária.
- () As causas do aumento da NFSP primária e nominal em junho de 2020 e dezembro de 2023 são similares: juros elevados.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

2

Em determinado período de juros elevados, a equipe econômica do governo considera propor um ambiente para captação de recursos em taxas bem inferiores à média do mercado. O ambiente seria aberto a todos os brasileiros que buscaram crédito recentemente; porém, ao analisar essa proposta, um analista argumenta que seria necessário ampliar a capacidade sob pena de não haver crédito suficiente e, ainda, de estimular o surgimento de um “mercado paralelo” para oferta de crédito com ágio. Entre os fundamentos que estão alinhados com o argumento do analista, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de um exemplo clássico de Tragédia dos Comuns, em que o bem público seria o ambiente para captação de recursos com taxas mais atrativas.
- (B) Trata-se de um problema clássico para atuação da mão invisível, com equilíbrio natural do mercado de crédito.
- (C) Trata-se de um caso clássico de externalidade positiva, quando a busca por crédito por parte de um indivíduo estimula outros a buscarem crédito.
- (D) Trata-se de um caso clássico de externalidade negativa, quando a busca por crédito por parte de um indivíduo estimula outros a buscarem crédito.
- (E) É uma falha de mercado que se traduz em um monopólio natural, que impede a ampliação do ambiente de oferta de crédito.

3

Quando o governo implementa uma reforma tributária que reduz impostos sobre o consumo de bens e serviços e compensa exatamente essa redução com o incremento dos impostos sobre a renda e o patrimônio, verifica-se que está sendo realizada uma política fiscal

- (A) expansionista, com melhoria alocativa.
- (B) contracionista, com melhoria alocativa.
- (C) que visa à estabilidade do nível de preços.
- (D) redistributiva, que visa a uma maior equidade.
- (E) estabilizadora da tributação.

4

Considere um Projeto de Lei em tramitação que propõe a realização de operações de crédito vinculadas a investimentos em infraestrutura e custeio em pesquisa e desenvolvimento visando estimular a retomada econômica.

Entendendo a pesquisa e o desenvolvimento como quaisquer áreas de educação profissional e ensino superior, o projeto prevê:

- I. a ampliação da estrutura física de escolas profissionalizantes ou universidades;
- II. o custeio de professores com notório saber reconhecido conforme banca examinadora definida para este fim.

Com base no exposto, é correto afirmar que

- (A) o projeto toca em um tema de extrema importância para o desenvolvimento econômico do país e deve, sem ressalvas, ser aprovado na Casa do Congresso na qual tramita.
- (B) o previsto no item I não é óbice para aprovação, mas o item II fere o previsto na Regra de Ouro.
- (C) as previsões do projeto ferem a LRF ao utilizar operações de crédito para a contratação de bens de capital.
- (D) o projeto preenche os requisitos de mérito e legalidade e deve, portanto, ser aprovado, mesmo sem a comprovação de estímulo à atividade econômica.
- (E) em se tratando de operações de crédito, tanto I quanto II implicam em violações ao previsto na LRF e nas metas de Riscos Fiscais.

5

A Lei Complementar nº 101/2000 representa um avanço ao outrora proposto nas Leis Camata I e II em termos de controle de gastos com pessoal.

Com base nesse dispositivo mais atual, é **incorreto** afirmar que

- (A) o poder legislativo municipal, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando existir, não pode gastar além de 6,0% da RCL local com pessoal.
- (B) os estados possuem um teto de 49,0% da RCL para gastos com pessoal do poder Executivo.
- (C) a União possui um teto de 40,9% da RCL para gastos com pessoal do poder Executivo.
- (D) os municípios possuem um teto de 60,0% da RCL para gastos com pessoal do poder Executivo.
- (E) 0,6% da RCL é, na esfera federal, o limite para gastos com pessoal para o Ministério Público (MPU).

6

Além do controle dos gastos com pessoal, a LRF disciplina as operações de crédito pleiteadas pelos entes públicos.

A respeito do tema, é correto afirmar que

- (A) a observância dos limites e das condições fixados pela Câmara Federal é pré-requisito objetivo legal a ser apresentado quando da formalização do pleito.
- (B) as condições legais impostas na LRF são indiferentes em relação às operações de crédito internas ou externas.
- (C) entre as condições previstas na LRF para a realização de operações de crédito, tem-se o parecer de órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.
- (D) com vistas a evitar a quebra de legitimidade de operação, não poderá haver alteração da finalidade de operação de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) no caso das “operações por antecipação de receita”, é suficiente que o ente inclua os recursos provenientes da operação no orçamento ou em créditos adicionais.

7

Os Incentivos Fiscais são um instrumento de grande relevância para o estímulo ao crescimento e à redução das desigualdades sociais, mas possuem impactos que podem comprometer o equilíbrio orçamentário do setor público.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) a LRF estabelece o regramento para gastos com pessoal e para a realização de operações de crédito, bem como para as renúncias de receita, exceto se envolverem a criação de tributo ou aumento de alíquotas.
- (B) a LRF prevê, como compensação de uma renúncia de receita, duas alternativas: aumento de alíquota ou criação de um novo tributo.
- (C) a LRF prevê uma análise de impacto de curto prazo, por um exercício, desde o início da vigência do Incentivo Fiscal, para eventuais compensações da renúncia de receita verificada.
- (D) o crescimento econômico é um meio para a compensação das renúncias fiscais realizadas pelo setor público, já que pode promover o incremento da arrecadação sem qualquer aumento de alíquota ou criação de imposto.
- (E) para cada Incentivo Fiscal concedido deve haver a medida de arrecadação incremental, aumento de alíquota ou novo imposto correspondente, de forma a compensar eventuais perdas de receita pública.

8

Considere o conceito adotado de Resultado Fiscal do Governo e a tabela a seguir.

Discriminação	Valores Correntes em R\$ bilhões
Resultado Primário Governo Central – acima da linha	72,16
Ajustes Metodológicos	0,86
Discrepância Estatística	2,27
Resultado Primário do Governo Central – abaixo da linha	??
Juros Nominais	-185,85
Resultado Nominal do Governo Central	??

Fonte: STN

Com base nas informações acima, analise as afirmativas a seguir.

- I. Necessidade de Financiamento do Governo Central foi de R\$75,29.
- II. Necessidade de Financiamento do Governo Central foi de -R\$110,55.
- III. O valor a ser considerado para a avaliação do cumprimento da meta de resultado nominal deve ser o apurado pela metodologia acima da linha.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

9

O Estado exerce três funções econômicas essenciais: alocativa, distributiva e estabilizadora.

Com base nessa classificação associe as colunas A e B.

Coluna A	Coluna B
1. Função Alocativa 2. Função Distributiva 3. Função Estabilizadora	() O orçamento público é o principal instrumento para a viabilização das políticas públicas que solucionem problemas graves de miséria e de melhoria progressiva da qualidade de vida nas camadas mais pobres da população. () O Estado utiliza instrumentos de política econômica, como a política fiscal para estimular o crescimento econômico e promover o pleno emprego. () Justifica-se naqueles casos em que não houver a necessária eficiência por parte do mecanismo de sistema de mercado.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 3 – 2 – 1.
- (D) 2 – 1 – 3.
- (E) 2 – 3 – 1.

10

Com base na definição e nos fundamentos das finanças públicas, as seguintes definições estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) As finanças públicas de um país estão orientadas para a gestão das operações relacionadas com a receita, a despesa, o orçamento e o crédito público.
- (B) A tarefa central das finanças públicas é estudar a natureza e os efeitos do uso, pelo Estado, dos instrumentos fiscais: tributação e gasto, obtenção de empréstimo e sua concessão, compra e venda.
- (C) As finanças públicas relacionam-se à atividade financeira do Estado. Essa atividade está orientada para a obtenção e o emprego dos meios materiais e dos serviços para a realização das necessidades da coletividade, de interesse geral, satisfeitas por meio do processo do serviço público.
- (D) Os fundamentos das finanças públicas não estão ligados ao equilíbrio fiscal, buscando assegurar que as receitas sejam compatíveis com as despesas, promovendo a estabilidade financeira do Estado.
- (E) O objeto precípua das finanças públicas é o estudo da atividade fiscal, ou seja, aquela desempenhada pelos poderes públicos com o propósito de obter e aplicar recursos para o custeio dos serviços públicos.

Língua Portuguesa

11

Assinale a frase que mostra sentido irônico.

- (A) Não tenho a menor vocação para estrelismos. Prefiro andar de Mercedes a andar de limusine.
- (B) Não subo em palanque por questão de segurança – tenho 1,88m e peso 120kg.
- (C) Faça análise há cinco anos. Sou uma cabeça muito louca e sozinha não consigo dar conta de mim mesma.
- (D) A maior surpresa que você pode realizar é surpreender-se.
- (E) Quando não se pode o que se quer, deve-se querer o que se pode.

12

Observe a seguinte frase:

Um homem nunca descreve o seu próprio caráter de forma tão clara quanto descreve o de um outro.

Sobre a significação ou estruturação dessa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) A frase mostra uma estrutura comparativa com base na semelhança entre os caracteres dos homens.
- (B) Na escritura da frase, no segmento “o seu próprio”, um dos termos (“o” ou “seu”) pode ser retirado sem prejuízo da frase.
- (C) O termo “de um outro” corresponde sintaticamente a “de forma tão clara”.
- (D) O termo “o” em “o de um outro” se refere, por coesão, ao substantivo “homem” anteriormente expresso.
- (E) A frase mostra uma crítica implícita à falta de caráter entre os homens.

13

Assinale a frase em que os termos repetidos possuem o mesmo significado.

- (A) Grandes homens podem ser grandes ou pequenos.
- (B) As pessoas que são boas em arranjar desculpas raramente são boas em qualquer outra coisa.
- (C) Já que a primeira impressão é a que fica, use impressão a laser.
- (D) Estuda-se mais na velhice para bem morrer do que se estudou na mocidade para bem viver.
- (E) A culta educação de um homem é a sua melhor garantia contra a má educação dos outros.

14

Todas as frases abaixo foram escritas com suas vírgulas originais. Assinale a frase que apresenta erro no uso desse sinal de pontuação.

- (A) Se as criaturas humanas tivessem sensibilidade, jamais ririam dos humoristas.
- (B) Existem cinco tipos de atrizes: as más atrizes, as atrizes competentes, as boas atrizes, as grandes atrizes, e Sarah Bernhardt.
- (C) Hoje não existem mais malandros, somente bandidos.
- (D) Um médico pode enterrar seus erros, mas um arquiteto só pode, quando muito, aconselhar seus clientes a plantar vinhas.
- (E) No palco, ele agia de maneira natural, simples, humana.

15

Em todas as frases abaixo foi proposta a substituição de um termo textual por outro de valor equivalente; a frase em que essa substituição foi feita de forma adequada, é:

- (A) “A história da pintura é uma história de pessoas que veem as coisas de forma distinta das outras”. (Fernando Botero) / as obras.
- (B) Se um homem não faz novas amizades à medida que avança na vida, ficará logo sozinho. (S. Johnson) / quando.
- (C) As coisas só ocorrem quando são feitas com vontade, com todo o teu corpo. Não se faz arte na ponta dos dedos. (Iberê Camargo) / voluntariamente.
- (D) Às vezes penso que o Brasil não existe. É um conto de Pedro Álvares Cabral com prefácio de Pero Vaz de Caminha. (José Cândido de Carvalho) / cabralino.
- (E) Os que renunciam são mais numerosos que os que fracassam. (Henry Ford) / desprendidos.

16

Observe o seguinte texto argumentativo:

Considero que estamos, em termos educacionais, no fundo do poço, e isso em todos os níveis. Os exames internacionais demonstram que nossos mais jovens estudantes são altamente deficientes em interpretação de texto e em Matemática; pais e professores protestam contra o baixo conhecimento de seus filhos e alunos; as próprias obras realizadas indicam a péssima formação profissional de nossos universitários.

Sobre o conteúdo e a estruturação desse período argumentativo, assinale a afirmação adequada.

- (A) A tese do texto é a de que nossa educação carece de mais investimentos governamentais.
- (B) Os argumentos apresentados em defesa da tese são integralmente fundamentados em opiniões pessoais.
- (C) Todo o texto após o primeiro período funciona como argumento que comprova a afirmação anterior.
- (D) O curso fundamental, o antigo primário, está fora do cenário decadente mostrado no texto.
- (E) As “obras” citadas na última oração se referem aos livros eventualmente publicados pelos profissionais.

17

Há um neologismo gramatical – “dequeísmo” – que indica o emprego indevido da preposição *de* junto à conjunção *que* em orações substantivas, como ocorre no seguinte caso:

- (A) informo-os de que tudo isso será refeito.
- (B) reconheço de que trabalhamos pouco nesse projeto.
- (C) tenho receio de que todos os animais fujam.
- (D) a necessidade de que todos economizem é evidente.
- (E) esse tema de que dizemos tudo isso é complicado.

18

O *cacófato* é uma construção em que a união da sílaba final de um vocábulo com a sílaba inicial do vocábulo seguinte provoca o aparecimento de um som desagradável, ridículo ou grosseiro, como ocorre na seguinte frase:

- (A) Já que tinha dinheiro, podia comprar o carro.
- (B) Quem tudo quer nada alcança.
- (C) Como falou o chefe, todos devemos trabalhar.
- (D) Nem tudo que reluz é ouro.
- (E) Quero que tudo se exploda.

Direito Administrativo e Administração Pública

19

Lucas, após ser aprovado em um concurso público realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi informado sobre a existência de um Código de Ética aplicável aos servidores do órgão público. Lucas então entendeu ser necessário conhecer a norma legal, até mesmo para evitar eventual descumprimento involuntário.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Ética da Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria STN nº 726/2018), um valor a ser observado pelos servidores da STN é

- (A) a realização de todos os seus investimentos pessoais levando em consideração, além das vedações estabelecidas pelo referido Código de Ética, potenciais conflitos de interesses, bem como situações que possam suscitar dúvidas quanto à utilização de informações privilegiadas, comprometendo a imagem institucional.
- (B) a realização das atividades profissionais e de representação externa pelo atendimento da missão e do interesse institucional e pela observância dos princípios de eficácia, economicidade, legalidade e ética.
- (C) a meritocracia, com o reconhecimento e a valorização das habilidades e competências individuais, promovendo e selecionando as pessoas mais competentes e dedicadas.
- (D) o exercício das atividades profissionais com competência e diligência, buscando o aprimoramento técnico e a atualização permanente.
- (E) o compartilhamento dos conhecimentos e das informações necessários para o exercício das atividades institucionais.

20

A sociedade empresária XYZ, regularmente constituída, com sede no Brasil, praticou, no dia 10/05/2019, ato ilícito contra a administração pública do Estado *Alfa*. No dia 20/05/2024, as autoridades públicas do respectivo ente federativo tomaram ciência dos fatos. Nesse contexto, a entidade privada buscou auxílio de advogados, para que estes lhe orientassem sobre a temática e possíveis consequências.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que

- (A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, no âmbito civil, e subjetivamente, na esfera administrativa, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (B) prescrevem em cinco anos as infrações previstas na Lei Anticorrupção, contados da data do cometimento da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- (C) na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será suspensa com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.
- (D) a multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento na Lei Anticorrupção serão destinados ao Tesouro Nacional.
- (E) a pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

21

A sociedade empresária XYZ, constituída e em funcionamento há cinco anos, sempre atuou na esfera privada. Contudo, os seus membros verificaram que a celebração de contratos administrativos com o poder público poderia favorecer o crescimento regular e lícito da entidade privada. Assim sendo, para tomar uma decisão informada sobre a estratégia empresarial que adotariam na sequência, os sócios resolveram estudar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em especial a parte atinente às garantias fornecidas pelo contratado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) o contratado poderá optar, como garantia da contratação, pela caução em dinheiro ou em títulos de dívida pública ou privada, pelo seguro-garantia, pela fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira brasileira ou por título de capitalização custeado por pagamento parcelado, com resgate pelo valor total.
- (B) nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até dez por cento do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até vinte por cento, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- (C) nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro garantia, vedada a cláusula de retomada, em percentual equivalente a até 30% do valor inicial do contrato.
- (D) a garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora.
- (E) nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

22

João, agente público do Estado *Alfa*, em fiscalização de rotina por diversos estabelecimentos comerciais, verificou que a loja ABC não estava cumprindo uma série de normas legais, o que já havia sido apurado em inspeção anterior. Dessa forma, o referido servidor público lavrou, em observância às formalidades legais, auto de infração, com a aplicação de uma multa de mil reais em detrimento da entidade. Os sócios do estabelecimento, contudo, se recusaram a efetuar o pagamento da multa, mesmo após os seus recursos não terem sido providos, em decisão definitiva, na esfera administrativa.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a Administração Pública

- (A) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da presunção relativa de veracidade e de legitimidade do ato administrativo.
- (B) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (C) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da coercibilidade do ato administrativo.
- (D) poderá, por conta própria, executar o valor da multa, independentemente da atuação do Poder Judiciário, em razão do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (E) poderá, por conta própria, executar o valor da multa, independentemente da atuação do Poder Judiciário, em razão do atributo da coercibilidade do ato administrativo.

23

Joana, usuária diuturna dos serviços públicos de transporte interurbano prestados pelo Estado *Alfa*, pretende realizar uma crítica construtiva ao poder público dando conta da queda na qualidade do serviço, atrelada ao aumento das tarifas. Ela busca, assim, garantir os seus direitos na posição de usuária. Dessa forma, Joana consultou a legislação de regência, para verificar a forma pela qual poderia apresentar a sua manifestação perante a Administração Pública.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é **incorreto** afirmar que

- (A) no caso de manifestação por meio eletrônico, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá a Administração Pública ou sua ouvidoria requerer meio de certificação da identidade do usuário.
- (B) caso não haja ouvidoria, o usuário poderá apresentar manifestações diretamente ao órgão ou à entidade responsável pela execução do serviço e ao órgão ou à entidade a que se subordinem ou se vinculem.
- (C) a manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.
- (D) são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria.
- (E) a manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável, vedada a identificação do requerente.

24

João, agente público, agindo com dolo e com o fim de obter proveito indevido para si, revelou a terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de determinada mercadoria, dando azo à lesividade relevante ao bem jurídico tutelado pela norma legal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João incorreu em ato de improbidade administrativa, estando sujeito, em caso de condenação, além do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, às sanções de

- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até doze anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a doze anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (B) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até doze anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a doze anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que causa prejuízo ao erário.
- (C) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até catorze anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que causa prejuízo ao erário.
- (D) pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quatro anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quatro anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.

25

Jonas, agente público, verificou, ao analisar dados de sua repartição pública em âmbito federal, que a informação XXX foi classificada como ultrassecreta. O referido servidor constatou, ainda, que a informação YYY foi classificada como secreta, enquanto a informação ZZZ ostenta a qualidade atual de reservada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que as informações XXX, YYY e ZZZ estão sujeitas, respectivamente, aos seguintes prazos máximos de restrição:

- (A) 35 anos; 25 anos; e 15 anos.
- (B) 25 anos; 15 anos; e 5 anos.
- (C) 15 anos; 10 anos; e 3 anos.
- (D) 20 anos; 10 anos; e 5 anos.
- (E) 10 anos; 5 anos; e 2 anos.

26

João, especialista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, foi convidado a palestrar, em um grande simpósio, sobre a legislação citada. Os organizadores do evento pediram que João focasse a sua abordagem no tema atinente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, autarquia de natureza especial que ainda não é muito conhecida pela sociedade brasileira.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar que

- (A) a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) manterá fórum permanente de comunicação, inclusive por meio de cooperação técnica, com órgãos e entidades da Administração Pública responsáveis pela regulação de setores específicos da atividade econômica e governamental, a fim de facilitar as competências regulatória, fiscalizatória e punitiva da ANPD.
- (B) os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) serão indicados pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e nomeados ou designados pelo Diretor-Presidente.
- (C) até a data de entrada em vigor de sua estrutura regimental, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) receberá o apoio técnico e administrativo do Tribunal de Contas da União para o exercício de suas atividades.
- (D) o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade é o órgão máximo de direção da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- (E) o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais disporá sobre o regimento interno da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Direito Constitucional

27

No âmbito de processo administrativo fiscal, o contribuinte contestava a veracidade de determinados documentos e entendia que certos fatos demandavam maiores esclarecimentos. Por tal razão, requereu a realização de perícia e de diligências com o objetivo de instruir o feito.

A Administração, no entanto, informou ao contribuinte que essas medidas somente seriam adotadas caso ele arcasse com os respectivos custos, apesar de ser sabido que seriam adotadas por servidores do próprio sujeito ativo da obrigação tributária.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) a cobrança realizada pela Administração Pública, ao restringir o direito ao devido processo legal, afronta o direito de petição.
- (B) a cobrança realizada tem a natureza jurídica de taxa, devendo ser fixada em valor que considere o débito do contribuinte e o efetivo custo da atividade estatal.
- (C) embora seja possível a cobrança por certos atos praticados pela Administração Pública, na hipótese da narrativa deve prevalecer a presunção de inocência, já que é imputado um ilícito ao contribuinte.
- (D) o custo dos atos administrativos deve ser arcado pelos administrados, o que aponta para a licitude da cobrança, desde que se observe valores fixos, em qualquer processo administrativo fiscal, assegurando o primado da igualdade.
- (E) o exercício do direito de defesa, em qualquer processo administrativo de cunho sancionador, não pode ser obstado pela exigência de pagamento pelas medidas necessárias à descoberta da verdade, logo, a Administração agiu de modo irregular.

28

Após um grande movimento social, determinados setores do governo almejavam que o Chefe do Poder Executivo federal apresentasse projeto de lei vinculando um pequeno percentual da arrecadação de imposto de competência da União a finalidades específicas.

Ao solicitar que sua assessoria analisasse as possibilidades de vinculação previstas na ordem constitucional, foi-lhe corretamente esclarecido que

- (A) a vinculação pretendida é peremptoriamente vedada.
- (B) é admitida a vinculação para a destinação de recursos a programas habitacionais.
- (C) a vinculação pretendida somente é possível em relação ao produto da arrecadação de taxa, não de imposto.
- (D) somente é possível a vinculação para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- (E) é admitida a vinculação para a destinação de recursos em caso de realização de atividades da administração tributária.

29

Determinado ente da Administração Pública indireta da União, que desempenha atividade econômica, passou por uma ampla remodelagem de sua governança interna, com o aperfeiçoamento do seu programa de integridade.

Ao analisar a funcionalidade do órgão de controle interno, bem como a existência, ou não, de zonas de intercessão entre a sua atuação e a do controle externo, a comissão responsável pela reestruturação concluiu corretamente que, na perspectiva constitucional,

- (A) o órgão interno está hierarquicamente subordinado ao externo, devendo cumprir suas determinações.
- (B) apesar de organicamente separado do órgão externo, o órgão interno deve exercer as mesmas atribuições afetas àquele.
- (C) deve haver total separação entre o órgão interno e o externo, de modo que os juízos de valor daquele sequer sejam conhecidos por este, preservando-se, assim, a sua imparcialidade.
- (D) como parte indissociável da governança administrativa, o controle interno terá suas atribuições definidas em ato regulamentar, podendo ser incumbido, ou não, de avaliar a execução orçamentária.
- (E) os agentes do órgão interno, caso não deem ciência ao órgão competente de controle externo das irregularidades que tenham conhecimento, podem ser responsabilizados pela totalidade dos danos causados, sem prejuízo da ação regressiva contra os autores.

30

Com o objetivo de aperfeiçoar a Administração Pública federal, foi editada a Lei nº X, que dispõe sobre organização e política remuneratória.

De acordo com o Art. X.1, a criação de subsidiárias integrais, em que a totalidade do capital social pertença ao ente da Administração Pública indireta responsável pela criação, independe de qualquer manifestação do Poder Legislativo.

O Art. X.2 estatuiu que os entes da Administração Pública indireta que desempenham atividade econômica em sentido estrito e que recebam recursos orçamentários da União para atender a despesas com obras de conservação estão sujeitos ao teto remuneratório constitucional.

Por fim, o Art. X.3 estatuiu que os agentes enquadrados na sistemática de subsídios teriam a verba de representação limitada a 20% do valor do respectivo subsídio.

O Partido Político Alfa, com representação no Congresso Nacional, solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional dos referidos preceitos, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) apenas o Art. X.1 é constitucional.
- (B) apenas o Art. X.2 é constitucional.
- (C) os três preceitos são inconstitucionais.
- (D) apenas os Artigos X.1 e X.2 são constitucionais.
- (E) apenas os Artigos X.1 e X.3 são constitucionais.

31

O Estado Beta editou a Lei estadual nº Y, dispondo, no território estadual, sobre determinada temática afeta à ciência, à tecnologia e à pesquisa. Poucos dias depois, sobreveio a Lei federal nº W, editada pela União, ente federativo que ainda não tinha incursionado nessa temática. Os comandos deste último diploma normativo, que veiculou os aspectos básicos da disciplina normativa da referida temática, de modo a estabelecer um tratamento uniforme em todos os quadrantes da Federação, dispuseram em sentido diametralmente oposto ao da Lei estadual nº X.

Considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) a Lei federal nº W revogou a Lei estadual nº X.
- (B) a Lei federal nº W avançou em matéria de competência legislativa estadual, sendo, portanto, inconstitucional.
- (C) apesar de ter a sua eficácia suspensa, com a superveniência da Lei federal nº W, a Lei estadual nº X continua válida.
- (D) a lei federal nº W e a lei estadual nº X coexistirão na ordem jurídica, sendo que esta última somente será aplicada no âmbito do Estado Beta.
- (E) como o Estado Beta incursionou em matéria de competência privativa da União, a Lei estadual nº X era inválida, logo, a Lei federal nº W não produziu nenhum efeito útil sobre ela.

32

João, Deputado Federal, almeja apresentar uma proposição legislativa impedindo que pessoas condenadas pela prática de infrações contra o sistema financeiro nacional exerçam ou voltem a exercer a direção de instituições financeiras.

Quando o objetivo de João se tornou público, a proposição foi muito elogiada por entidades de consumidores e duramente criticada por associações de empregados de instituições financeiras.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à proposição que João pretende apresentar, que

- (A) somente pode ser admitida se a infração tiver natureza criminal.
- (B) a vedação que pretende estabelecer afronta o direito fundamental.
- (C) somente pode ser admitida se a infração tiver natureza administrativa.
- (D) por se tratar de mero efeito da condenação, é consentânea com os princípios constitucionais do direito sancionador.
- (E) na sistemática constitucional, o direito sancionador de natureza penal exige que, entre os efeitos da condenação, esteja a prevenção especial, logo, a ideia é legítima.

33

No âmbito do Estado Alfa, foi editada a Lei nº X, que dispôs sobre o exercício do poder de polícia por esse ente federativo e que cominou a sanção de multa àqueles que incorressem nas infrações ali previstas. Apesar desse diploma normativo estadual ter sido muito elogiado na perspectiva administrativa, era grande a resistência dos seus destinatários em observá-lo, tendo sido proferidos diversos provimentos judiciais, em sede de tutela individual e coletiva, reconhecendo a sua incompatibilidade com a Constituição da República.

À luz desse quadro, a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado Alfa solicitou que sua procuradoria se manifestasse sobre a possibilidade de a questão ser levada à apreciação do Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, de modo que seja requerido o reconhecimento da conformidade constitucional da Lei nº X.

Foi corretamente informado à Mesa que

- (A) deve ser interposto recurso extraordinário.
- (B) deve ser ajuizada reclamação constitucional.
- (C) deve ser ajuizada ação declaratória de constitucionalidade.
- (D) deve ser ajuizada arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (E) a Mesa de Assembleia Legislativa não tem legitimidade para deflagrar o controle alvitrado.

Estatística

Atenção: os dados a seguir referem-se às duas próximas questões.

Uma amostra de idades de 52 crianças e adolescentes foi obtida e resultou nos seguintes dados (já ordenados)

5	5	5	5	5	6	6	6	6	7	7	7	7
7	8	8	8	8	8	8	8	8	9	9	9	10
10	10	10	10	10	10	10	11	11	11	12	12	12
12	13	14	14	15	15	15	15	15	16	16	16	16

34

A diferença entre os valores da mediana e da moda desses dados é

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

35

A distância interquartil das idades é igual a

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

36

Numa determinada população, 20% das pessoas estão desempregadas. Se seis pessoas dessa população forem aleatoriamente sorteadas, com reposição, a probabilidade de que três estejam desempregadas é aproximadamente igual a

- (A) 0,08.
- (B) 0,12.
- (C) 0,16.
- (D) 0,20.
- (E) 0,24.

37

Se X é uma variável aleatória normalmente distribuída com média 20 e variância 100, então a variável aleatória $Y = 2X - 10$ tem distribuição normal com média e desvio padrão, respectivamente iguais a

- (A) 30 e 100.
- (B) 30 e 400.
- (C) 30 e 200.
- (D) 40 e 100.
- (E) 40 e 400.

38

Suponha que uma amostra aleatória simples X_1, X_2, \dots, X_{25} de tamanho 25 seja observada para se testar $H_0: \mu \leq \mu_0$ versus $H_1: \mu > \mu_0$ de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com média μ e variância σ^2 . Faça $\bar{X} = \sum_{i=1}^{25} X_i / 25$ e $S^2 = \sum_{i=1}^{25} (X_i - \bar{X})^2 / 24$.

Nesse caso, a estatística T de teste usual, que tem distribuição t-Student com 24 graus de liberdade sob $\mu = \mu_0$, é dada por

- (A) $T = (\bar{X} - \mu_0) / S^2$
- (B) $T = 25(\bar{X} - \mu_0) / S$
- (C) $T = 25(\bar{X} - \mu_0) / S^2$
- (D) $T = 5(\bar{X} - \mu_0) / S^2$
- (E) $T = 5(\bar{X} - \mu_0) / S$

39

Suponha que uma amostra aleatória simples X_1, X_2, \dots, X_n , de tamanho n , será observada para se estimar a média μ de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com média μ e variância σ^2 .

O pesquisador cogita usar a média amostral \bar{X} como estimador de μ . Avalie se, nessas condições, as seguintes afirmativas acerca das propriedades de \bar{X} estão corretas:

- I. \bar{X} é estimador não tendencioso de variância uniformemente mínima de μ .
- II. \bar{X} é estimador de máxima verossimilhança de μ .
- III. \bar{X} é uma estatística suficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40

Considere duas variáveis aleatórias X e Y tais que $E[X] = 5$, $\text{Var}[X] = 4$, $E[Y] = 4$, $\text{Var}[Y] = 9$ e $E[XY] = 18$.

O coeficiente de correlação entre X e Y é, então, igual a

- (A) $-1/2$.
- (B) $-1/3$.
- (C) 0.
- (D) $1/3$.
- (E) $1/2$.

Redação

O futuro da contabilidade passará por uma transformação significativa impulsionada pela tecnologia e por mudanças no mercado. Aqui estão algumas tendências e desafios que os profissionais de contabilidade enfrentarão:

Mudança de Papel: Tradicionalmente, a contabilidade era vista como uma obrigação voltada para o cumprimento de exigências governamentais. No entanto, os avanços digitais estão remodelando o cenário dos escritórios contábeis, proporcionando aos profissionais uma gama cada vez maior de possibilidades.

Tecnologia e Insights Estratégicos: Com a crescente adoção de tecnologias, os contadores terão acesso a *insights* mais profundos e estratégicos para orientar seus clientes no caminho do sucesso financeiro. Os relatórios contábeis vão além da simples apresentação de números; eles fornecem uma compreensão detalhada da situação financeira da sociedade empresária.

Educação Continuada: Para se adequar ao futuro da contabilidade, é essencial manter-se atualizado com as últimas tendências, regulamentações e tecnologias na área contábil.

Falta de Conhecimento: Na era digital, ainda é comum encontrar profissionais mal treinados ou pouco preparados para as demandas do mundo atual.

Adaptação às Mudanças: Os desafios da contabilidade na era digital podem ser vistos como ameaças ou oportunidades. Profissionais que se apegam aos modelos tradicionais de escritório podem enfrentar dificuldades. A capacidade de se adaptar às mudanças é crucial para o sucesso na área.

Elabore um texto dissertativo-argumentativo, em língua culta, de no mínimo 40 (quarenta) e no máximo 60 (sessenta) linhas, em que você exponha quais providências ou atitudes deve tomar o profissional de contabilidade para enfrentar os problemas apontados. O texto deve dar destaque especial aos argumentos apresentados na defesa das ideias.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Realização



ÁREA CONTÁBIL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido por você**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Contabilidade Pública

1

Em relação ao aspecto fiscal da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é correto afirmar que

- (A) tem como principais instrumentos o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e os Balanços Orçamentário e Financeiro.
- (B) apresenta considerável sobreposição com o aspecto orçamentário, de modo que as duas estruturas estão voltadas para os mesmos elementos.
- (C) desenvolveu-se e passou por muitas modificações com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, que visa contribuir, primordialmente, para este aspecto.
- (D) compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre os quais se destacam a liquidez e o endividamento.
- (E) seus relatórios são utilizados, principalmente, para analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos, determinar o impacto sobre a economia e comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.

2

Leia o fragmento a seguir:

No Aspecto Patrimonial da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para _____, _____ e _____ dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) a realização – o registro – a evidenciação
- (B) o registro – o recebimento – o pagamento
- (C) a previsão – a mensuração – o pagamento
- (D) a previsão – a realização – o reconhecimento
- (E) o reconhecimento – a mensuração – a evidenciação

3

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Entre estas características está a relevância.

A informação é relevante quando

- (A) apresenta, simultaneamente, valor confirmatório, objetivo e preditivo.
- (B) representa novidade para os usuários que não estavam dela cientes.
- (C) é considerada por todos os usuários em sua tomada de decisão.
- (D) permite a comparabilidade da informação contábil de dois ou mais exercícios.
- (E) é capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

4

Dois observadores esclarecidos e independentes chegaram ao consenso geral de que a informação contida em uma demonstração contábil representava os fenômenos econômicos e de outra natureza que pretendia representar, sem erro material ou viés.

Nessa situação, pode-se verificar o cumprimento da característica qualitativa da

- (A) materialidade.
- (B) tempestividade.
- (C) verificabilidade.
- (D) compreensibilidade.
- (E) representação fidedigna.

5

Uma entidade do setor público apresentou as seguintes receitas orçamentárias em 2023:

Operações de crédito:R\$250.000.
 Patrimoniais:.....R\$320.000.
 Amortizações de empréstimos:R\$570.000.
 Industriais:R\$630.000.
 Provenientes de tributos:R\$840.000.

O total das receitas correntes da entidade no ano foi de

- (A) R\$1.470.000.
- (B) R\$1.660.000.
- (C) R\$1.790.000.
- (D) R\$2.040.000.
- (E) R\$2.290.000.

6

Em 2023, uma entidade do setor público apresentou saldo de R\$770.000 em “Outras Receitas de Capital”.

Podem estar incluídos nessa conta

- (A) alienação de bens intangíveis e imóveis.
- (B) transferências do exterior e transferências de pessoas físicas.
- (C) integralização de capital social e resgate de títulos do Tesouro.
- (D) resultado do Banco Central e Transferências da União e de suas Entidades.
- (E) indenizações, restituições e ressarcimentos e valores incorporados ao patrimônio público.

7

Uma entidade do setor público apresentou despesas orçamentárias com (1) a aquisição de imóveis e bens de capital em utilização, no valor de R\$100.000, e (2) com *softwares* e planejamento de obras, no valor de R\$150.000.

Essas despesas são classificadas, respectivamente, como

- (A) investimentos e inversões financeiras.
- (B) inversões financeiras e investimentos.
- (C) investimentos e outras despesas correntes.
- (D) inversões financeiras e outras despesas correntes.
- (E) outras despesas correntes e inversões financeiras.

8

A classificação por fontes ou destinações de recursos (FR) tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa.

Para a receita orçamentária, o código de FR tem a finalidade de indicar a

- (A) fonte dos recursos que irão gera-las.
- (B) classificação dos recursos no orçamento.
- (C) origem dos recursos que estão sendo utilizados.
- (D) destinação de recursos que irão gerar receitas extra orçamentárias.
- (E) destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias.

9

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, tais como os a seguir listados, **com exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Ter proveito da valorização do recurso.
- (B) Utilizar o recurso para a prestação de serviços.
- (C) Contabilizar o resultado esperado com o recurso.
- (D) Utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços.
- (E) Converter o recurso em caixa por meio da sua alienação.

10

As seguintes variações patrimoniais foram observadas em uma entidade do setor público em 2023:

- Geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros: R\$30.000.
- Diminuição do valor econômico de um ativo: R\$40.000.
- Extinção total de um passivo de R\$50.000 sem o desaparecimento concomitante de ativo de igual valor.
- Recebimento efetivo de subvenções de R\$60.000.

Assinale a opção que indica o total das Variações Patrimoniais Aumentativas reconhecidas pela entidade em 2023.

- (A) R\$60.000.
- (B) R\$90.000.
- (C) R\$130.000.
- (D) R\$140.000.
- (E) R\$180.000.

11

Um hospital do setor público adquiriu uma ambulância em 01/01/2021 por R\$80.000. Na data, a vida útil foi estimada em cinco anos e não havia expectativa de valor residual.

Em 31/12/2023, foi constatado que o hospital poderia obter R\$35.000 com a alienação da ambulância. Ainda, a ambulância poderia ser intercambiada com uma parte interessada, independente e conhecedora do mercado, por R\$34.000.

O hospital deprecia os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta.

Na data, em relação à ambulância, é correto afirmar que

- (A) seu valor justo é de R\$35.000.
- (B) seu valor recuperável é de R\$80.000.
- (C) seu valor bruto contábil é de R\$35.000.
- (D) seu valor líquido contábil é de R\$32.000.
- (E) seu valor realizável líquido é de R\$34.000.

12

Em 31/12/2023, uma entidade reguladora do setor público apresentava três tipos de investimentos entre seus ativos:

- Investimento em ações, com o objetivo de valorização para venda futura: R\$50.000.
- Investimento em ações, com o objetivo de recebimento de dividendos: R\$70.000.
- Aplicação financeira, realizável em 12 meses, com risco insignificante de mudança de valor: R\$80.000.

Assinale a opção que indica o montante classificado como equivalentes de caixa.

- (A) Zero.
- (B) R\$70.000.
- (C) R\$80.000.
- (D) R\$120.000.
- (E) R\$130.000.

13

Um hospital do setor público vende, no último dia de cada mês, cestas básicas para seus funcionários mais carentes, a valores simbólicos.

Em 01/01/2024, o hospital adquiriu 400 sacos de alimentos, sendo 100 sacos de feijão, 100 de arroz, 100 de farinha e 100 de açúcar. Os custos da compra foram, respectivamente, de R\$6,00, R\$4,50, R\$6,80 e R\$4,00.

Em 31/01/2024, os preços cobrados por seu fornecedor eram, respectivamente, de R\$6,50, R\$5,00, R\$6,00 e R\$3,70.

Na data, cada pacote era vendido pelo hospital aos funcionários por R\$3,00, independente do produto.

Assinale a opção que indica o valor do estoque em 31/01/2024, antes da venda dos produtos.

- (A) R\$1.200.
- (B) R\$2.020.
- (C) R\$2.120.
- (D) R\$2.130.
- (E) R\$2.230.

14

Uma universidade do setor público possui um prédio de 10 andares. Dois andares do prédio são utilizados para as atividades administrativas da universidade, enquanto oito andares são destinados exclusivamente ao alojamento de seus alunos, que pagam, mensalmente, um valor simbólico.

Em 31/12/2023, o valor contábil do prédio era de R\$800.000.

Assinale a opção que indica a classificação do prédio no balanço patrimonial da universidade.

- (A) R\$800.000 em ativo imobilizado.
- (B) R\$800.000 em propriedade para investimento.
- (C) R\$160.000 em ativo imobilizado e R\$640.000 em ativo intangível.
- (D) R\$160.000 em ativo imobilizado e R\$640.000 em propriedade para investimento.
- (E) R\$160.000 em ativo imobilizado e R\$640.000 em ativo realizável a longo prazo.

15

A Cia A é coligada de uma entidade do setor público, de modo que o investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

A Cia A tem como moeda funcional o dólar.

No exercício de 2023, a entidade do setor público reconheceu um ajuste contábil no investimento da Cia A, decorrente da conversão de valores da investida para Reais.

O ajuste decorrente da variação cambial nos ativos líquidos da investida deve ser reconhecido pela entidade do setor público como

- (A) Outras receitas, no resultado.
- (B) Receita operacional, no resultado.
- (C) Despesa operacional, no resultado.
- (D) Reserva de capital, no patrimônio líquido.
- (E) Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido.

16

Um Estado possuía duas universidades, uma na capital e outra no interior.

Em 2023, houve a combinação das duas universidades, que deixaram de existir e deram origem a uma terceira, responsável por oferecer aulas na capital e no interior. No processo, nenhuma das universidades antigas obteve o controle da operação.

A combinação pode ser classificada como

- (A) fusão.
- (B) aquisição.
- (C) consolidação.
- (D) incorporação.
- (E) coparticipação.

17

A entidade do setor público que tem atividades em operação em conjunto deve reconhecer nas demonstrações contábeis a sua participação em operação em conjunto relacionada aos seguintes elementos, **com exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Ativo.
- (B) Passivo.
- (C) Receita.
- (D) Despesa.
- (E) Patrimônio Líquido.

18

Em julho de 2023, uma escola do setor público adquiriu aparelhos de ar condicionado para as suas salas de aula. Os aparelhos foram recebidos em agosto e instalados em setembro. Em outubro, após a instalação, as paredes da sala de aula foram pintadas. Como a temperatura estava agradável, os aparelhos de ar condicionado só começaram a ser utilizados em novembro.

Assinale a opção que indica o mês em que os aparelhos de ar condicionado começaram a ser depreciados.

- (A) Julho.
- (B) Agosto.
- (C) Setembro.
- (D) Outubro.
- (E) Novembro.

19

Em 01/01/2024, uma repartição pública realizou um acordo com uma empresa de mídia eletrônica, que instalou três televisores em seus elevadores, de modo gratuito. Os aparelhos transmitem notícias sobre o país, publicidades e avisos sobre o prédio.

Na data, o valor justo de cada aparelho era de R\$5.000 e a vida útil era estimada em cinco anos, sem expectativa de valor residual. Foi acordado que se um aparelho quebrasse, seria imediatamente substituído pela empresa de mídia eletrônica, sem custos para a repartição pública. Além disso, a receita de publicidade é recebida diretamente pela empresa de mídia.

A repartição estimou que, se precisasse adquirir os serviços de divulgação dos avisos, deveria pagar, mensalmente, R\$300 a uma empresa terceirizada.

Assinale a opção que indica o montante contabilizado em ativo pela repartição pública, em 01/01/2024.

- (A) Zero.
- (B) R\$3.000.
- (C) R\$15.000.
- (D) R\$18.000.
- (E) R\$21.000.

20

Um laboratório do setor público adquiriu a patente de uma vacina por R\$100.000. Os custos com testes para verificar se a patente cumpria adequadamente os objetivos esperados foram de R\$10.000.

Assinale a opção que indica o reconhecimento da patente no ativo da entidade.

- (A) Intangível: R\$100.000.
- (B) Imobilizado: R\$100.000.
- (C) Realizável a Longo Prazo: R\$100.000.
- (D) Intangível: R\$110.000.
- (E) Realizável a Longo Prazo: R\$110.000.

21

Uma creche do setor público funcionava em dois prédios próprios, localizados na zona sul e no centro da cidade.

Em dezembro de 2022, os gestores da creche decidiram concentrar os serviços oferecidos no centro da cidade. Deste modo, procuraram o proprietário do prédio vizinho ao seu e realizaram a permuta pelo prédio que tinham na zona sul, que havia sido comprado em 2010 por R\$900.000. A permuta tinha natureza comercial e foi concretizada em 01/01/2023. No momento da permuta, o valor contábil do prédio era de R\$470.000. Já o valor justo era de R\$500.000.

Em 01/01/2023, a vida útil do prédio no centro, recebido pela permuta, foi estimada em 25 anos, e não foi considerado valor residual. Em 31/12/2023, o valor recuperável deste prédio era estimado em 460.000.

Assinale a opção que indica o valor contábil do prédio recebido na permuta no balanço patrimonial da creche em 01/01/2024.

- (A) R\$451.200.
- (B) R\$460.000.
- (C) R\$470.000.
- (D) R\$480.000.
- (E) R\$500.000.

22

Em 01/01/2022, uma entidade do setor público adquiriu, por R\$550.000, um terreno para ser utilizado como estacionamento por seus funcionários. Os valores recuperáveis do terreno em 31/12/2022 e em 31/12/2023 eram, respectivamente, de R\$520.000 e R\$590.000. A entidade seguia a Norma Brasileira de Contabilidade, que não permite a reavaliação de ativos.

Assinale a opção que indica a(s) conta(s) que deve(m) ser creditada(s) em 31/12/2023.

- (A) Não há contabilização.
- (B) Variação patrimonial aumentativa: R\$30.000.
- (C) Variação patrimonial aumentativa: R\$40.000.
- (D) Variação patrimonial aumentativa: R\$70.000.
- (E) Reversão da variação patrimonial: R\$30.000 e Variação patrimonial aumentativa: R\$40.000.

23

As entidades do setor público podem apresentar variações patrimoniais aumentativas decorrentes de transações com e sem contraprestação.

Os tributos geralmente representam transações

- (A) sem contraprestação, uma vez que são instituídos mediante lei.
- (B) com contraprestação, uma vez que há compulsoriedade de pagamento.
- (C) sem contraprestação, uma vez que não há obrigatoriedade de prestação de contas.
- (D) com contraprestação, uma vez que o ente público fornece serviços públicos aos contribuintes.
- (E) sem contraprestação, uma vez que o ente público aplica os recursos públicos de acordo com o que julga prioritário.

24

Em janeiro de 2023, um banco do setor privado assumiu, espontaneamente, o compromisso de doar R\$200.000 a uma escola do setor público, caso 90% de seus alunos fossem aprovados no final do ano. O dinheiro foi transferido para a escola em março de 2023. Os alunos recebem seus boletins com o resultado em dezembro do mesmo ano.

Assinale a opção correta em relação ao tratamento contábil aplicado.

- (A) Em janeiro há aumento no ativo e na receita orçamentária.
- (B) Em janeiro há aumento no ativo e na receita extraorçamentária.
- (C) Em março há aumento no ativo e no passivo.
- (D) Em março há aumento no ativo e na receita orçamentária.
- (E) Em dezembro há aumento no ativo e na receita extraorçamentária.

25

Em 2020, um Município iniciou a construção de um hospital. Para obter recursos para a construção, contraiu um empréstimo em janeiro de 2020, para pagamento em quatro anos. A construção teve início em março de 2020 e os gestores incluíram os custos dos empréstimos ao custo do hospital.

O prédio onde iria funcionar o hospital ficou pronto em março de 2023. Em abril foi finalizada a decoração dos andares e em maio chegaram os móveis e utensílios necessários ao atendimento do público. Em junho foram realizadas as atividades administrativas necessárias para a inauguração e preparação ao início do atendimento no hospital, que aconteceu em julho.

O Município finalizou a capitalização dos custos do empréstimo no seguinte mês de 2023:

- (A) março.
- (B) abril.
- (C) maio.
- (D) junho.
- (E) julho.

26

A prefeitura de uma cidade organizou um show musical na praia, com entrada gratuita. Após o show, a prefeitura foi acionada na Justiça por alguns moradores da região em que o show ocorreu, que se viram prejudicados pelos seguintes motivos:

- 30 pessoas reclamaram por falta de visibilidade.
- 40 pessoas reclamaram por som demasiadamente alto depois de meia noite.
- 50 pessoas reclamaram por limitação do acesso a seus apartamentos.

Cada uma das 120 pessoas pedia uma indenização de R\$5.000. Os advogados da prefeitura julgaram que as possibilidades de perda por falta de visibilidade, por som alto e por limitação de acesso, respectivamente, remota, possível e provável.

Assinale a opção que indica a provisão para contingências reconhecida pela prefeitura em seu Balanço Patrimonial, referente às reclamações sobre o show.

- (A) R\$200.000.
- (B) R\$250.000.
- (C) R\$400.000.
- (D) R\$450.000.
- (E) R\$600.000.

27

Uma entidade do setor público reconhece mensalmente o 13º salário e as férias de seus funcionários que são classificados, respectivamente, como

- (A) passivo contingente e passivo contingente.
- (B) provisão para 13º salário e provisão para férias.
- (C) passivo derivado de apropriação por competência e provisão para férias.
- (D) passivo derivado de apropriação por competência e passivo derivado de apropriação por competência.
- (E) provisão para 13º salário e passivo derivado de apropriação por competência.

28

As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) abrangem os restos a pagar com prescrição interrompida.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, quando já ocorreu o reconhecimento do passivo correspondente, é correto afirmar que no exercício corrente no qual será executada a DEA

- (A) não haverá necessidade de registro patrimonial, uma vez que a variação patrimonial diminutiva ou a incorporação do ativo já foi reconhecida no exercício anterior.
- (B) não haverá necessidade de registro patrimonial, uma vez que a variação patrimonial diminutiva ou a incorporação do ativo deverá reconhecida no exercício seguinte.
- (C) deverá ser registrada patrimonialmente a incorporação do ativo, uma vez que o fato gerador ocorreu no exercício anterior, sem que tenha havido reconhecimento.
- (D) deverá ser registrada patrimonialmente a incorporação do passivo, uma vez que o fato gerador irá ocorrer em exercício posterior, e é necessário haver o reconhecimento como obrigação.
- (E) deverá ser registrado patrimonialmente um Superávit ou Déficit Acumulado, uma vez que o fato gerador ocorreu no exercício anterior, sem que tenha sido registrada uma variação patrimonial.

29

Em 10/08/2023, um museu do setor público, cuja moeda funcional é o real, adquiriu uma obra de arte dos Estados Unidos por \$10.000, para pagamento em 10/01/2024. Na data, a cotação do dólar era de R\$4,90, de modo que o ativo e o passivo correspondentes foram reconhecidos por R\$49.000.

Em 31/01/2023, a cotação do dólar era de R\$5,50.

Considerando que a obra de arte não é depreciada, no balanço patrimonial do museu, em 31/12/2023, a obra de arte e as contas a pagar deveriam ser apresentadas respectivamente como

- (A) R\$49.000 e R\$49.000.
- (B) R\$49.000 e R\$55.000.
- (C) R\$52.000 e R\$52.000.
- (D) R\$55.000 e R\$49.000.
- (E) R\$55.000 e R\$55.000

30

Uma entidade do setor público elabora e publica anualmente as suas demonstrações contábeis.

Em relação ao exercício de 2023, foi determinado, após a data das demonstrações contábeis e antes da data da autorização de sua divulgação, que o montante da receita arrecadada durante o período precisaria ser compartilhado com outro governo, em razão de acordo de compartilhamento estabelecido durante o período.

O caso representa, em relação às normas contábeis,

- (A) uma despesa, no resultado.
- (B) uma despesa antecipada, no ativo.
- (C) um passivo contingente, no passivo.
- (D) um evento subsequente que dá origem a ajustes.
- (E) um evento subsequente que não dá origem a ajustes.

31

Os contadores de uma entidade do setor público perceberam, em 2023, que havia um erro de contabilização do ativo imobilizado em suas demonstrações contábeis de 2021. O erro foi considerado material.

O procedimento a ser realizado pela entidade é

- (A) a correção retrospectiva desde 2021.
- (B) a correção retrospectiva desde 2022.
- (C) a correção a partir de 2023.
- (D) a modificação dos critérios de avaliação a partir de 2023.
- (E) o aumento de atenção em relação à contabilização a partir de 2023.

32

Um objetivo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público é atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das

- (A) autarquias.
- (B) entidades deficitárias.
- (C) entidades de pequeno porte.
- (D) entidades sem fins lucrativos.
- (E) empresas estatais dependentes.

33

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a conta é a expressão qualitativa e quantitativa de fatos de mesma natureza. As contas são agrupadas segundo suas funções, o que possibilita, entre outros pontos, conhecer a composição e a situação do patrimônio analisado.

Isso é possível por meio da evidenciação de

- (A) todas as receitas e despesas.
- (B) todas as entradas e saídas de caixa.
- (C) todos os resultados e reservas.
- (D) todos os ativos e passivos.
- (E) todos os aumentos e diminuições de capital.

34

O Balanço Orçamentário é composto por Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Ao se comparar o segundo e o terceiro quadros, nota-se que, no Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados, não há

- (A) a coluna "Pagos".
- (B) a coluna "Liquidados".
- (C) a coluna "Cancelados".
- (D) a diferenciação entre as despesas correntes e as de capital.
- (E) o valor dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

35

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

Avalie se essa demonstração inclui:

- I. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- II. as entradas e saídas em caixa e equivalentes de caixa decorrentes de outras movimentações financeiras;
- III. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o Regime Próprio de Previdência Social.

O Balanço Financeiro inclui

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

36

Uma entidade do setor público não possui capital representado por ações. Os administradores da entidade sinalizaram que pode existir interesse em emitir ações no futuro.

Em suas notas explicativas, a entidade do setor público deve demonstrar, separadamente, os seguintes itens, **com exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Resultados acumulados.
- (B) Participação dos não controladores.
- (C) Projeção do valor nominal por ação.
- (D) Reservas, incluindo descrição da natureza e propósito de cada reserva dentro do patrimônio líquido.
- (E) Capital integralizado, consistindo do valor total acumulado, na data das demonstrações contábeis, das contribuições dos proprietários menos as distribuições aos proprietários.

37

Uma entidade do setor público apresenta a sua Demonstração das Variações Patrimoniais de acordo com o método da função.

Assinale a opção que indica duas contas que são apresentadas de acordo com este método.

- (A) Despesas com transporte e publicidade.
- (B) Despesas com depreciação e amortização.
- (C) Despesas com salários e benefícios a empregados.
- (D) Despesas com educação e com saúde.
- (E) Despesas com consumo de materiais e perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

38

No exercício de 2023, uma entidade do setor público apresentou aumento no caixa decorrente da atividade de financiamento.

Assinale a opção que indica uma possível causa para o aumento.

- (A) Solução de litígios.
- (B) Emissão de debêntures.
- (C) Operações descontinuadas.
- (D) Amortização de empréstimos concedidos a terceiros.
- (E) Resgate de investimentos em títulos e valores mobiliários.

39

A Conta Única do Tesouro Nacional é o mecanismo que permite a movimentação on-line de recursos financeiros dos órgãos e entidades ligados ao SIAFI em conta unificada.

Essa unificação permite

- (A) o tratamento dos gastos de modo coletivo e dependente.
- (B) a geração das ordens bancárias e de pagamento sem necessidade de assinatura.
- (C) a utilização da ordem bancária para recolhimento de todas as receitas e os depósitos.
- (D) o controle imediato dos gastos e das disponibilidades financeiras.
- (E) que os pagamentos e as transferências diretas às instituições financeiras sejam feitos exclusivamente através do Banco do Brasil.

40

O Manual SIAFI é um documento que registra, de forma estruturada e sistemática, as normas e procedimentos operacionais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, do ponto de vista do usuário.

Em relação aos dados gerais da Nota de Empenho, assinale a afirmativa correta.

- (A) O campo Tipo é de preenchimento facultativo, podendo ser informado se é Estimativo ou Global.
- (B) O campo Valor é de preenchimento obrigatório e deve destacar se há inclusão de empenho em moeda diferente do Real.
- (C) O campo Data de Emissão é de preenchimento obrigatório e corresponde à data em que será contabilizada a inclusão do empenho.
- (D) O campo Processo é de preenchimento obrigatório e deve informar o número do processo que deu origem à emissão do respectivo empenho.
- (E) O campo Favorecido é de preenchimento facultativo e poderá informar um CNPJ ou CPF constante na tabela de credores ou ser preenchido pelo sistema conforme os seus registros.

Contabilidade Geral

41

O estatuto de uma sociedade empresária previa, anualmente, a constituição de uma reserva com o intuito de segregar uma parcela dos lucros, correspondente a prováveis perdas extraordinárias futuras.

Ao final de cada exercício, a sociedade empresária deveria constituir reserva

- (A) legal.
- (B) estatutária.
- (C) para retenção.
- (D) para contingências.
- (E) de lucros a realizar.

42

Uma arena recebeu, nos domingos de janeiro de 2024, uma apresentação de circo, de modo que foram realizadas quatro apresentações naquele mês. A capacidade máxima para cada apresentação era de 100 adultos e 300 crianças e, nos quatro dias, o público pagante foi de 80% da capacidade, tanto de crianças quanto de adultos.

Os preços do ingresso para adultos e para crianças eram, respectivamente, R\$40,00 e R\$20,00. O circo oferecia reembolso integral do ingresso caso alguém do público os procurasse, até 60 dias após a apresentação, afirmando que estava insatisfeito.

Era estimado que 20% dos adultos e 10% das crianças iriam procurar a administração nos meses seguintes para reembolso.

Nesse caso, o circo deve reconhecer, em 31/01/2024,

- (A) Receita líquida de R\$27.520, apenas.
- (B) Receita líquida de R\$32.000, apenas.
- (C) Receita líquida de R\$32.000 e outras despesas de R\$4.480.
- (D) Receita líquida de R\$32.000 e dedução da receita de R\$4.480.
- (E) Receita líquida de R\$32.000 e despesa operacional de R\$4.480.

43

Em 02/01/2024, uma loja de produtos eletrônicos assinou um contrato com um de seus clientes para o fornecimento de produtos.

De acordo com o contrato, a loja entregou, no mesmo mês, produtos por R\$200.000, para recebimento em 30/06/2024. No contrato há uma condição de retenção de 20% da fatura, que representa uma segurança e só será recebida após a aprovação completa dos bens, prevista para dois anos a partir da entrega.

Assinale a opção que indica o reconhecimento do fato no passivo do cliente.

- (A) R\$200.000 em passivo circulante.
- (B) R\$200.000 em passivo não circulante.
- (C) R\$160.000 em passivo circulante e R\$40.000 em passivo não circulante.
- (D) R\$200.000 em passivo circulante e R\$40.000 em dedução do passivo.
- (E) R\$200.000 em passivo não circulante e R\$40.000 em dedução do passivo.

44

Em 01/03/2024, uma consultoria de *marketing* recém constituída tomou um empréstimo bancário de R\$120.000 para iniciar as suas operações. De acordo com o contrato, os juros mensais são de R\$6.000 ao ano. O principal e os juros deverão ser pagos em 01/03/2027.

Assinale a opção que indica o passivo da consultoria com o banco reconhecido no balanço patrimonial em 01/03/2024.

- (A) Passivo não circulante: R\$120.000.
- (B) Passivo não circulante: R\$336.000.
- (C) Passivo circulante: R\$30.000 e Passivo não circulante: R\$90.000.
- (D) Passivo circulante: R\$30.000 e Passivo não circulante: R\$306.000.
- (E) Passivo circulante: R\$90.000 e Passivo não circulante: R\$246.000.

45

Uma livraria vende livros de contabilidade. Em janeiro de 2024, não havia livros em estoque.

Em cada pedido realizado, a livraria incorre em frete fixo de R\$100, pagos à transportadora. Além disso, o seguro corresponde a 20% do valor pago ao fornecedor.

Em janeiro de 2024, a livraria realizou dois pedidos do livro Contabilidade Avançada. No primeiro, foram adquiridos 10 desses livros, por R\$100 cada, e no segundo foram adquiridos 20 desses livros, por R\$110 cada.

Em 31/01/2024, foram vendidos 15 desses livros, por R\$200.

Assinale a opção que indica o lucro bruto, em 31/01/2024, considerando que a livraria controla o seu estoque de acordo com o custo médio ponderado móvel.

- (A) R\$980.
- (B) R\$1.015.
- (C) R\$1.080.
- (D) R\$1.300.
- (E) R\$1.400.

46

Em 01/07/2020, um restaurante adquiriu um forno por R\$120.000. A vida útil era estimada em 10 anos e não era considerado valor residual. O restaurante usava o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados.

Em 31/12/2022, os sócios do restaurante decidiram vender o forno por R\$85.500, uma vez que o valor justo na data era estimado em R\$85.000.

A venda era considerada altamente provável, uma vez que o nível hierárquico de gestão apropriado estava comprometido com o plano de venda do ativo e havia sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano, de modo que o forno passou a ser classificado como "ativo não circulante como mantido para venda".

Assinale a opção que indica o valor do forno no balanço patrimonial do restaurante em 30/06/2023.

- (A) R\$78.000.
- (B) R\$84.000.
- (C) R\$85.000.
- (D) R\$85.500.
- (E) R\$90.000.

47

Em 31/12/2021, a Cia Estrela adquiriu um terreno por R\$200.000. O uso do terreno, naquele momento, era indeterminado. A empresa escolheu mensurar o terreno pelo valor justo.

Em 31/12/2022 e em 31/12/2023, os valores justos do terreno eram, respectivamente, de R\$190.000 e de R\$220.000.

Assinale a opção que indica a contrapartida do reconhecimento do ganho decorrente da alteração no valor justo em 31/12/2023.

- (A) Resultado: R\$10.000.
- (B) Resultado: R\$30.000.
- (C) Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$20.000.
- (D) Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$30.000.
- (E) Resultado: R\$10.000 e Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$20.000.

48

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente, os saldos de imposto de renda e de contribuição social diferidos, reconhecidos no balanço patrimonial, não devem ser ajustados a valor presente porque não é possível determinar

- (A) com segurança se haverá realização dos valores.
- (B) com confiabilidade a taxa de desconto apropriada.
- (C) com tempestividade se as estimativas estão corretas.
- (D) com confiabilidade o montante que será apropriado.
- (E) com exatidão as datas em que os valores serão realizados.

49

Uma companhia aérea distribui gratuitamente, aos passageiros, uma revista de publicação mensal. Deste modo, no primeiro dia de cada mês, as revistas são recolhidas e substituídas por uma nova edição. As revistas antigas são doadas a asilos.

O custo para a elaboração de cada edição da revista é de R\$30.000, enquanto a receita com a publicidade que aparece exclusivamente na revista é de R\$35.000. Além disso, é estimado que a companhia aérea consiga vender R\$50.000 em passagens mensais por conta da divulgação de seus voos na revista.

Assinale a opção que indica a contabilização da receita relacionada à revista na Demonstração do Resultado do Exercício da companhia aérea.

- (A) Receita de vendas de R\$5.000.
- (B) Outras receitas de R\$35.000.
- (C) Receita de vendas de R\$35.000.
- (D) Outras receitas de R\$55.000.
- (E) Receita de vendas de R\$35.000 e outras receitas de R\$50.000.

50

A Cia Flor foi constituída em 31/12/2022 para oferecer consultoria contábil de modo remoto. Na data, os sócios integralizaram capital social de R\$200.000, em dinheiro, na empresa. Em 01/01/2023, a empresa adquiriu equipamentos de informática por R\$80.000 à vista, para utilizar em sua atividade-fim. A vida útil fiscal dos computadores é de 5 anos, no entanto, a empresa esperava utilizá-los durante 8 anos e doá-los.

Em 31/12/2023, a Cia Flor reconheceu receitas de serviços de R\$600.000, enquanto as despesas de salários foram de R\$360.000. Estas receitas e despesas eram, respectivamente, tributáveis e dedutíveis. Além disso, a alíquota de imposto de renda e contribuição social era de 34%.

Assinale a opção que indica a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social no ativo circulante da consultoria em 31/12/2023.

- (A) R\$76.160.
- (B) R\$78.200.
- (C) R\$79.560.
- (D) R\$81.600.
- (E) R\$146.200.

Contabilidade de Custos

51

Assinale a opção que indica uma utilidade da contabilidade de custos para a contabilidade financeira e uma para a contabilidade gerencial, respectivamente.

- (A) Mensuração dos estoques para o balanço patrimonial e determinação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.
- (B) Mensuração dos estoques para o balanço patrimonial e apuração da vida útil dos ativos imobilizados para efeito de depreciação.
- (C) Base para reconhecimento de dividendos distribuídos a sócios e para determinação do preço que deve ser cobrado para cobrir o custo do produto.
- (D) Mensuração do custo dos produtos vendidos para apuração do resultado e base para determinação do preço que deve ser cobrado para cobrir o custo do produto.
- (E) Mensuração do custo dos produtos vendidos para apuração do resultado e determinação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

52

Uma fábrica de produtos de maquiagem contratou um supervisor para atuar na linha de produção de seus batons, sombras e delineadores. Nos três primeiros meses, o salário do supervisor foi de R\$5.000 e no quarto mês passou para R\$7.000.

O salário do supervisor pode ser considerado

- (A) um custo fixo e direto.
- (B) um custo fixo e indireto.
- (C) um custo variável e direto.
- (D) um custo variável e indireto.
- (E) uma despesa variável e indireta.

53

Uma fábrica de animais de pelúcia fabrica girafas e patos. A fábrica incorre nos seguintes custos diretos de fabricação por unidade:

	Girafa	Pato
Matéria prima	R\$50	R\$30
Mão-de-obra	*R\$2/h	*R\$1/h

*cada hora trabalhada tem custo de R\$12.

Além disso, a fábrica incorre em custos indiretos de fabricação que são comuns aos dois produtos e rateados com base no total do gasto com a mão-de-obra direta, de R\$6.000.

Em janeiro de 2024, a fábrica produziu e vendeu 260 girafas e 280 patos, sendo que o preço unitário de cada animal de pelúcia é de R\$200.

Considerando que a fábrica usa o custeio por absorção, assinale a opção que indica o custo unitário da girafa.

- (A) R\$65,00.
- (B) R\$74,00.
- (C) R\$77,00.
- (D) R\$85,54.
- (E) R\$89,00.

54

Avalie se a informação produzida pelo método de custeio variável pode ser utilizada para:

- I. Tomada de decisão pela contabilidade gerencial.
- II. Evidenciação das demonstrações contábeis pela contabilidade financeira.
- III. Apuração de impostos pela contabilidade tributária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

55

Uma fábrica produz e vende dois produtos, A e B. O processo de produção de cada produto é muito diferente e o gasto com os custos indiretos de produção não é uniforme entre os setores. Além disso, a fábrica determina os preços de venda com base em seus custos de produção.

A fábrica fez uma comparação entre os valores dos custos indiretos alocados a cada produto sem e com a departamentalização, como se vê a seguir.

	Custos indiretos	
	Sem departamentalização	Com departamentalização
Produto A	20.000	23.000
Produto B	18.000	17.000

Com base nesses dados, a empresa deve concluir que precisa

- (A) melhorar a divulgação dos produtos.
- (B) diminuir os gastos com o produto B.
- (C) aumentar o preço do produto A.
- (D) aumentar o número de funcionários.
- (E) diminuir o tempo necessário para a fabricação.

56

Uma fábrica produziu e vendeu, no primeiro trimestre de 2024, 6.000 mochilas. Do valor, 20% foram pagos a seus vendedores em abril de 2024, como comissão sobre as vendas. Além disso, o custo variável unitário da mochila foi de R\$40 e a receita bruta reconhecida foi de R\$540.000. O valor foi recebido à vista.

Assinale a opção que indica a margem de contribuição unitária da mochila no período.

- (A) R\$32.
- (B) R\$48.
- (C) R\$50.
- (D) R\$72.
- (E) R\$90.

57

Uma sociedade empresária possui uma sala para atendimento médico em um prédio no Centro da cidade, que aluga a terceiros por diárias integrais. O preço cobrado pela diária é de R\$2.000. O prédio comercial funciona durante 20 dias em cada mês. Os custos fixos totais da sala, para a sociedade empresária, são de R\$9.000 ao mês, enquanto os custos variáveis unitários são de R\$800 ao dia.

Em seu ponto de equilíbrio contábil, as salas comerciais devem apresentar a seguinte taxa de ocupação mensal:

- (A) 22,5%.
- (B) 24,5%.
- (C) 25,0%.
- (D) 37,5%.
- (E) 40,0%.

58

Uma sociedade empresária vendeu, em 2023, 40.000 unidades de bolas por R\$120 cada. Seus custos variáveis foram de R\$70. Ainda, apresentou os seguintes custos e despesas fixos em 2023:

Perda de recuperabilidade de ativos:R\$80.000;
 Amortização de ativos intangíveis:R\$100.000;
 Depreciação de ativos imobilizados:.....R\$300.000;
 Aluguel:.....R\$600.000;
 Salários:R\$800.000.

Em 31/12/2023, não há obrigações com terceiros.

Assinale a opção que indica a receita no ponto de equilíbrio financeiro da sociedade empresária em 2023.

- (A) R\$3.360.000.
- (B) R\$3.552.000.
- (C) R\$3.792.000.
- (D) R\$4.512.000.
- (E) R\$4.800.000.

59

Leia o fragmento a seguir,

De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, a informação de custos para ser útil e compreensível ao usuário deve levar em consideração as características qualitativas e as restrições da informação.

Quando a entidade conclui que um bem pode ser apropriado imediatamente como custo por ser de baixo valor, em vez de depreciá-lo por diversos períodos está considerando a característica qualitativa da _____, combinada com as restrições de _____ e de _____.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) representação fidedigna – materialidade – custo-benefício
- (B) representação fidedigna – custo-benefício – equilíbrio entre as características qualitativas
- (C) relevância – materialidade – custo-benefício
- (D) relevância – materialidade – equilíbrio entre as características qualitativas
- (E) tempestividade – materialidade – equilíbrio entre as características qualitativas

60

De acordo com a NBC TSP 34– Custos no Setor Público, no processo de desenvolvimento de modelos de gerenciamento de custos, é recomendável a observância de diretrizes que representam etapas a serem percorridas pela entidade.

Relacione as etapas a seguir com os seus respectivos objetivos:

1. Estruturação
2. Implantação
3. Gestão

- () utilizar as informações de custos como ferramenta de auxílio aos processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, prestação de contas, transparência e avaliação de desempenho.
- () identificar e segregar os custos a serem mensurados.
- () mensurar e evidenciar os custos, bem como verificar a conformidade das informações geradas.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 3 – 1 – 2.
- (E) 3 – 2 – 1.

Demonstrativos Fiscais

61

Em relação às obrigações financeiras do governo, assinale a opção que indica uma obrigação fiscal implícita e direta da União.

- (A) Obrigação moral ou esperada do Governo devido a expectativas do público, pressão política ou à histórica intervenção na economia, como gastos futuros com saúde pública, não previstos no momento.
- (B) Garantias guarda-chuva do Governo para vários tipos de financiamentos, como estudantis e a pequenos e micro empresários.
- (C) Garantias e avais emitidos a favor de entes da Federação e entidades dos setores público e privado, como bancos privados e de desenvolvimento.
- (D) Políticas estatais de seguro, como seguro de depósitos e participação em caixas privadas de pensão.
- (E) Despesas orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual, como folha de pagamento e benefícios previdenciários.

62

O Anexo de Riscos Fiscais deve espelhar a situação dos passivos contingentes da forma mais fiel possível.

Em relação a esses passivos, avalie se os itens a seguir são exemplos de passivo contingente:

- I. Dívidas em processo de reconhecimento pelo Ente e sob sua responsabilidade.
- II. Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária.
- III. Demandas trabalhistas contra o ente federativo e órgãos da sua administração indireta.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

63

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Anexo de Metas Fiscais integra o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, no qual serão estabelecidas metas anuais. Desse modo, deverá ser elaborado o Demonstrativo de Metas Anuais, que será acompanhado de análise dos principais dados apresentados, assim como de eventuais variações abruptas e outras que mereçam destaque.

Para o planejamento dos itens das metas fiscais, é essencial o reconhecimento do cenário macroeconômico. Nesse sentido, as seguintes variáveis devem ser analisadas, **com exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) PIB real (crescimento % anual).
- (B) Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano).
- (C) Valor adicionado produzido (R\$% anual).
- (D) Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação.
- (E) Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual).

64

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu as particularidades para o cômputo das deduções da Receita Corrente Líquida no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Assinale a opção que indica uma dedução que deve ser realizada tanto pela União como pelo Distrito Federal, pelos Estados e pelos Municípios.

- (A) Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência.
- (B) Arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS).
- (C) Contribuições sociais para a seguridade social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.
- (D) Arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).
- (E) Contribuições sociais para a seguridade social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários pagos ou creditados.

65

No Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, as despesas previdenciárias registram o total das despesas com os benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social, não sendo consideradas algumas operações.

Na linha Outros Benefícios estão registrados, entre outros, o montante da despesa previdenciária decorrente

- (A) dos eventos vinculados ao pessoal de idade avançada.
- (B) de pensões ao cônjuge ou companheiro e dependentes pela morte do segurado.
- (C) de invalidez que representa afastamento definitivo das atividades do assegurado.
- (D) da proteção à maternidade e ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- (E) da compensação entre regimes com as demais despesas da atividade administrativa da autarquia responsável pelo fundo previdenciário.

66

O Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal conterà a apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal, por meio das metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha”.

Com relação a essas metodologias, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A metodologia “abaixo da linha” identifica o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas orçamentárias) e saídas (despesas orçamentárias) e permite ao gestor avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio da avaliação dos componentes que deram causa ao resultado.
- () O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa evidenciação da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.
- () Os resultados “acima da linha” e “abaixo da linha” podem apresentar discrepâncias devido a divergências metodológicas, como, por exemplo, os reconhecimentos de dívidas que impactam o resultado abaixo da linha, sem necessariamente haver o reconhecimento de uma despesa primária que seria capturada pela metodologia acima da linha.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – V – F.

67

Para efeito do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), a seguinte despesa relacionada à educação se enquadra no conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

- (A) despesa com obras de infraestrutura, realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.
- (B) despesas relativas à subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
- (C) despesas com programas suplementares de alimentação, assistência médico odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.
- (D) despesa destinada aos levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando principalmente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino.
- (E) despesa destinada ao pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

68

Com relação ao Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, analise as afirmativas a seguir:

- I. São de responsabilidade específica do setor da saúde.
- II. São destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito.
- III. Estão em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação.

Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos, serão consideradas como despesas em ações e serviços públicos de saúde, aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios determinados em lei que dispõe sobre o assunto e as diretrizes que constam em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

69

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação ao conceito de despesa com pessoal, é correto afirmar que

- (A) depende da natureza do vínculo empregatício e de avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação.
- (B) não depende da natureza do vínculo empregatício e nem de avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação.
- (C) depende da natureza do vínculo empregatício, mas não de avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação.
- (D) depende de avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação, mas não da natureza do vínculo empregatício.
- (E) pode depender de avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação e da natureza do vínculo empregatício, de modo que os casos devem ser analisados individualmente.

70

No Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, a dívida pública consolidada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também estão incluídas a dívida mobiliária e a dívida contratual, exceto as Antecipações da Receita Orçamentária (ARO).

Essa exceção ocorre porque a ARO é registrada como

- (A) ativo e é assumida para amortização em prazo inferior a 12 meses.
- (B) passivo e pode ter amortização inferior ou superior a 12 meses.
- (C) passivo contingente e tem valor e prazo de amortização indefinidos.
- (D) receita orçamentária e pode ter amortização inferior ou superior a 12 meses.
- (E) receita extraorçamentária e é assumida para amortização em prazo inferior a 12 meses.

Realização

